

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Senhor Alex Manente)

Requer, no âmbito da Comissão de Turismo, a realização de audiência pública para debater as políticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em todos os níveis do turismo brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Turismo, para debater as políticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em todos os níveis do turismo brasileiro, com a presença dos convidados abaixo relacionados:

- Sr. **Vinicius Lages**, Ministro de Estado do Ministério do Turismo, ou representante;
- Sra. **Ideli Salvatti**, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, ou representante;
- Sra. **Ligia M. Vezaro Caravieri** - Coordenadora Técnica do Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância – CRAMI;
- Sr. **Neio Lúcio de Oliveira Campos** – Diretor do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET/UnB.

JUSTIFICATIVA

O Brasil convive há algum tempo com uma realidade triste e inquietante: tornou-se uma das rotas preferenciais do turismo direcionado a exploração de crianças e adolescentes no mundo. Estudiosos do tema creditam aos apelos sexuais da sociedade moderna e à impunidade os fatores que, aliados à deficiência de políticas sociais, provocam e intensificam esse quadro.

O agravante desse panorama é que a indústria da exploração sexual por intermédio do turismo visa cada dia mais as nossas crianças, sobretudo nas regiões de maior fluxo turístico, seja de lazer, negócios ou eventos. Em 2011, a organização não governamental Coletivo Vida Mulher de Recife calculou em três mil o número de meninas prostituídas a cada verão, observando que uma em cada três prostitutas na capital pernambucana tem menos de 18 anos. E na cidade de São Paulo, por sua vez, por meio do Disque

Denúncia, houve 6.391 registros de casos em 2013. Por outro lado, temos notícia de que, das 937 cidades brasileiras definidas pelo órgão do Executivo como matriz de enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, pelo menos 1/3 situam-se na região Nordeste do país e 1/10 apenas no estado de São Paulo.

Entretanto, o combate à comercialização sexual de crianças e adolescentes tem se revelado uma tarefa extremamente árdua quando se considera que esse ato ilícito penal só perde em quantificação financeira para o narcotráfico e o tráfico de armas, como bem observa o advogado Antônio Everton, membro efetivo da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo.

Como reduzir ou erradicar esse problema? Por que, com tantas campanhas, o Brasil continua a liderar tristemente essas estatísticas? Como inserir a sociedade nessa luta? Qual o estágio da implementação de Códigos de Conduta do Turismo? Como podemos contribuir nesse processo?

Assim, pois, avaliar a real dimensão desse quadro e ouvir sugestões de como esta Casa pode se inserir nessa luta é, fundamentalmente, a minha proposta para essa audiência, para a qual conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, de abril de 2015

Deputado ALEX MANENTE

PPS/SP